

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE LETRAS/PORTUGUÊS

SOCIOLINGÜÍSTICA

3º semestre



Ministério
da Educação



Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Fernando Haddad

Ministro do Estado da Educação

Maria Paula Dallari Bucci

Secretário de Educação Superior

Carlos Eduardo Bielschowsky

Secretário da Educação a Distância

Universidade Federal de Santa Maria

Clóvis Silva Lima

Reitor

Felipe Martins Muller

Vice-Reitor

João Manoel Espina Rossés

Chefe de Gabinete do Reitor

André Luís Kieling Ries

Pró-Reitor de Administração

José Francisco Silva Dias

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

João Rodolfo Amaral Flores

Pró-Reitor de Extensão

Jorge Luiz da Cunha

Pró-Reitor de Graduação

Charles Jacques Prade

Pró-Reitor de Planejamento

Helio Leães Hey

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

João Pillar Pacheco de Campos

Pró-Reitor de Recursos Humanos

Fernando Bordin da Rocha

Diretor do CPD

Coordenação de Educação a Distância

Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso

Coordenadora de EaD

Roseclea Duarte Medina

Vice-Coordenadora de EaD

Roberto Cassol

Coordenador de Pólos

José Orion Martins Ribeiro

Gestão Financeira

Centro de Artes e Letras

Edemur Casanova

Diretor do Centro Artes e Letras

Ceres Helena Ziegler Bevilaqua

Coordenadora do Curso de Graduação em

Letras/Português a Distância

Elaboração do Conteúdo

Maísa Augusta Borin

Professora pesquisadora/conteudista

Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação - ETIC

Carlos Gustavo Matins Hoelzel

Coordenador da Equipe Multidisciplinar

Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso

Rosiclei Aparecida Cavichioli Laudermann

Silvia Helena Lovato do Nascimento

Ceres Helena Ziegler Bevilaqua

André Krusser Dalmazzo

Edgardo Gustavo Fernández

Marcos Vinícius Bittencourt de Souza

Desenvolvimento da Plataforma

Ligja Motta Reis

Gestão Administrativa

Flávia Cirolini Weber

Gestão do Design

Evandro Bertol

Designer

ETIC - Bolsistas e Colaboradores

Orientação Pedagógica

Elias Bortolotto

Fabício Viero de Araujo

Gilse A. Morgental Falkembach

Leila Maria Araújo Santos

Revisão de Português

Enéias Tavares

Rejane Arce Vargas

Rosaura Albuquerque Leão

Silvia Helena Lovato do Nascimento

Ilustração e Diagramação

Evandro Bertol

Flávia Cirolini Weber

Helena Ruiz de Souza

Lucia Cristina Mazetti Palmeiro

Ricardo Antunes Machado

Suporte Técnico

Adílson Heck

Cleber Righi

Sumário

| | |
|--|-----------|
| PROGRAMA DA DISCIPLINA..... | 6 |
| Unidade A | |
| Introdução à Sociolingüística e principais conceitos | 7 |
| 1. Introdução à Sociolingüística: língua, cultura e sociedade | 7 |
| 1.1 Percurso da Sociolingüística..... | 9 |
| 2. A fixação do campo de estudos da Sociolingüística | 10 |
| 2.1 Willian LABOV e a Sociolingüística..... | 12 |
| 2.2 Sociolingüística e interdisciplinaridade..... | 12 |
| 2.3 Objeto da sociolingüística..... | 12 |
| 2.4 Variedades Lingüísticas..... | 13 |
| 2.5 A variação lingüística: um recorte | 13 |
| 3. As variedades lingüísticas e a estrutura social | 16 |
| Unidade B | |
| Conceitos básicos – A pesquisa Sociolingüística | 20 |
| 1. A Pesquisa Sociolingüística - Variação lingüística e preconceito..... | 20 |
| Unidade C | |
| Correntes sociolingüísticas | 27 |
| 1. A pesquisa variacionista | 27 |
| 2. Sociolingüística Interacional: bases e princípios | 29 |
| 3. Sociolingüística educacional..... | 30 |
| BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA | 33 |

Apresentação da disciplina

A disciplina de Sociolingüística tem como principais objetivos a identificação de conceitos, o reconhecimento das principais correntes de estudos e de pesquisa da disciplina. Também são objetivos a contextualização das origens da Sociolingüística; a caracterização do objeto de estudo; a identificação das principais características sociolingüísticas da sociedade brasileira e suas implicações para a educação, bem como a conscientização da variação lingüística e da educação em Língua Materna.

Para a consecução destes objetivos, o programa da disciplina está organizado a partir de três tópicos: Introdução à Sociolingüística – que aborda a constituição e a organização do campo da sociolingüística, assim como o segundo tópico que versa sobre Os conceitos básicos da disciplina e o terceiro, em que trataremos sobre As correntes sociolingüísticas.

O desenvolvimento da disciplina será baseado na discussão proposta no texto base e na leitura dos textos fontes dos principais teóricos. A avaliação da disciplina será realizada a partir de trabalhos propostos ao longo do curso e de uma prova final. A carga horária da disciplina é de 60 h/a (30 h/a teóricas e 30 h/a práticas).

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Carga horária: 60 h/a (4 créditos)

Unidade A – Introdução à Sociolingüística

1. A relação língua, cultura e sociedade
2. A língua: um sistema flexível
3. A língua: um complexo de variedades

Unidade B – Conceitos básicos – A pesquisa Sociolingüística

1. Língua e fala
2. Língua e norma – o preconceito lingüístico
3. Variação e mudança lingüística

Unidade C – Correntes

1. Variacionista
2. Interacional
3. Outras perspectivas

Unidade A

Introdução à Sociolingüística e principais conceitos

Introdução e objetivos

Nessa unidade, abordaremos sobre o surgimento da Sociolingüística, seus principais conceitos e autores. Ao término da unidade, você deverá identificar conceitos, saber contextualizar as origens da Sociolingüística e caracterizar o objeto de estudos da disciplina.

Antes de começarmos nosso estudo, gostaria de deixar claro que os conceitos estudados nas disciplinas anteriores de Lingüística são de extrema importância e valia para o bom desenvolvimento desta disciplina. Portanto, é válida a leitura de conceitos e obras já estudados para o bom andamento da disciplina.

1. Introdução à Sociolingüística: língua, cultura e sociedade

O homem é um ser social. Não há nada mais verdadeiro do que essa afirmação já bastante comentada desde Aristóteles. Afirmar-se que o homem é um ser social, conseqüentemente, demanda a necessidade que ele tem de se comunicar, e isso vêm de forma espontânea, através da fala individual do usuário da língua.

A língua é o meio pelo qual o homem expressa as suas idéias, as da sua geração, as da comunidade a que pertence, enfim, ela não deixa de ser um retrato de seu tempo. Cada falante é usuário e agente modificador de seu idioma, nele imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara. Nesse sentido, podemos destacar que a língua é instrumento privilegiado da projeção da cultura de um povo.

Assim, devemos ter claro que mudanças sociais produzem mudanças na língua. A língua, por sua vez, incorpora valores sociais. A estrutura social pode influenciar ou determinar a estrutura do idioma ou seu comportamento, o que prova que os valores sociais costumam ter efeito sobre a língua.

Convém ressaltar que a sociolingüística, na tentativa de compreender a questão da relação entre linguagem e sociedade, postula o princípio da **diversidade lingüística**. Além disso, a sociolingüística na corrente das orientações teóricas contextuais sobre o fenômeno lingüístico, orientações teóricas estas que consideram as comunidades

FIQUE ATENTO

Compare os conceitos de língua estudados nas correntes Estruturalista (Saussure) e Gerativista (Chomsky) e o conceito de língua que nos é trazido pela sociolingüística.

lingüísticas não somente sob o ângulo das regras de linguagem, mas também sob o ângulo das relações de poder que se manifestam pela linguagem.

Como podemos perceber, a sociolingüística é uma área que estuda a língua em uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura lingüística e os aspectos sociais e culturais da produção lingüística. Para essa corrente, **a língua é uma instituição social** e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação.

O sociolingüista, por sua vez, se interessa por todas as manifestações verbais nas diferentes variedades de uma língua. Um dos seus objetivos é entender quais são os principais fatores que motivam a variação lingüística e qual a importância de cada um desses fatores na configuração do quadro no qual se apresenta a variável. A variação, portanto, não é vista como um efeito do acaso, mas como um fenômeno cultural motivado por fatores lingüísticos e por fatores extralingüísticos de vários tipos.

SAIBA MAIS

Comunidade lingüística: O termo comunidade lingüística é amplamente utilizado em Sociolingüística, portanto, vamos ver como ele é conceituado por diferentes autores ligados à área:

Segundo Bloomfield, a comunidade lingüística é uma reunião de pessoas que usam do mesmo sistema de sinais lingüísticos. Ou: Uma comunidade lingüística é uma reunião de pessoas que interagem por meio da linguagem.

Já, segundo Fishman: Por uma comunidade lingüística se entende aquela cujos membros participam pelo menos de uma variedade lingüística e das normas para o seu uso adequado. Associados sistema e norma; Gumpertz, por sua vez, conceitua que Comunidade lingüística é um grupo social que pode ser monolíngüe ou multilíngüe mantido coeso pela freqüência de padrões de interação social e separado de áreas vizinhas pela insuficiência dos meios de comunicação. As comunidades lingüísticas podem consistir em pequenos grupos interligados por um contato face a face ou ocupar largas regiões, tudo dependendo do nível de abstração em que nos situamos. E, finalmente, Labov diz: A comunidade lingüística define-se menos por um acordo explícito em relação ao emprego dos elementos da língua do que por uma participação num conjunto de normas comuns. Essas normas podem ser observadas ou em tipos abertos de comportamento susceptíveis de avaliação ou pela uniformidade de padrões abstratos de variação, que são invariantes no que concerne a níveis particulares de uso.

Passando ainda por outras definições, chega-se à conclusão de que Comunidade lingüística é todo e qualquer grupo humano que utiliza um código verbal comum, imposto pela impossibilidade de ser exclusivo. E tal imposição se dá mediante normas que atuam como solidariedade social e força de coesão do código lingüístico.

1.1 Percurso da Sociolingüística

De acordo com Alkmim (2003) a ligação entre linguagem e sociedade é inquestionável e a base da constituição do ser humano. Não deveria, então, esta relação estar ausente das reflexões sobre o fenômeno lingüístico. No entanto, como você deve lembrar, baseado nos estudos feitos anteriormente em Lingüística, nem sempre a questão da natureza social da linguagem foi levada em conta. Por que isso ocorreu? Não parece clara a ligação entre linguagem e sociedade?

Devemos sempre ter bem claro que as concepções de linguagem que nortearam os estudos lingüísticos são fruto do momento científico e da tradição cultural dos lingüistas/pesquisadores. Assim o foi com a concepção que **Schleicher** atribuiu à língua, o que colocava a Lingüística no campo das ciências naturais, até mesmo pela formação do estudioso. Para ele, a linguagem era vista como um organismo natural, ao qual se aplicava o conceito de evolução desenvolvido por Darwin, ou seja, o desenvolvimento da linguagem era comparável ao de uma planta que nasce, cresce e morre de acordo com as leis físicas. Para ele, ainda, a língua era o critério mais adequado para se proceder a classificação racial da humanidade, uma vez que a diversidade das línguas dependeria da diversidade dos cérebros e dos aparelhos fonadores dos homens, de acordo com suas raças.

Em função da orientação biologizante que Scheicher atribuiu à lingüística, esta disciplina foi **afastada de toda consideração de ordem social e cultural no trato do fenômeno lingüístico**.

Observem que mesmo sendo reconhecida, a relação entre linguagem e sociedade nem sempre foi assumida como determinante, pois havia a necessidade de determinação do objeto da Lingüística. Ao falarmos em determinação do objeto de estudos da Lingüística, estamos fazendo uma referência direta ao trabalho de **Saussure**, ou seja, ao estruturalismo. Você deve lembrar, aqui, dos estudos do mestre genebrino que definiu o objeto de estudos da disciplina, dando à mesma o caráter de cientificidade que até então não lhe era conferido. É importante ressaltar que, para o pai da Lingüística Moderna, deveria ser excluída toda consideração de natureza social, histórica e cultural na observação, descrição, análise e interpretação do fenômeno lingüístico. É necessário lembrar que, para o autor, a língua é o sistema subjacente à atividade da fala, ou seja, é o sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis da fala. Como podemos ver, Saussure privilegia o caráter formal e estrutural do fenômeno lingüístico afastando dele toda a variação proveniente da fala, ou, mais precisamente, do falante.

Outro estudioso da linguagem, **Meillet**, que foi aluno de Saussure, localizava a Lingüística entre as ciências sociais, sendo que, para ele,

todo o fato de língua manifestava um fato de civilização. Vê-se, então, que esse lingüista reconhecia na linguagem um caráter social, o que para ele se mostrava como uma constatação óbvia.

Já, em **Bakhtin**, vemos expressa em sua teoria a noção de comunicação social. Para ele, a língua abrangia a heterogeneidade concreta da fala, de onde vem que a linguagem é uma criação coletiva, parte de um diálogo cumulativo entre o eu e o outro.

Jakobson, por sua vez, privilegia o processo comunicativo amplo, privilegiando, também, os aspectos funcionais da linguagem. É desse autor o famoso esquema da comunicação (remetente, mensagem, canal, código, destinatário, contexto) que determina as funções da linguagem.

Se você procurar em livros didáticos da década de 90, encontrará, com facilidade, no início do livro, o esquema da comunicação. Nessa época, tínhamos os livros de comunicação e expressão. Perceba como que o conceito de língua determina os estudos que fazemos na escola. Você já havia pensado nisso?

O trabalho de **Benveniste** também merece destaque. Lembra-se do trabalho dele? Dos seus principais conceitos?

É importante lembrarmos que para Benveniste é dentro da e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente dado que ambos só ganham existência pela língua. O autor salienta que a língua contém a sociedade e por isso é o interpretante da sociedade. Nesse sentido, ele articula a questão da relação língua e sociedade no plano geral da construção do humano e, particularmente, no plano das relações concretas e contingentes estabelecidas na vida social.

Durante esta rápida passagem por autores e teorias, podemos perceber que a relação linguagem/sociedade é óbvia e, ao mesmo tempo, complexa. Você deve ter percebido, também, que não nos detemos nas obras e escritos dos autores citados, uma vez que isso tudo já foi estudado nas outras disciplinas de Lingüística.

2. A fixação do campo de estudos da Sociolingüística

A sociolingüística deve demonstrar a covariação sistemática das variações lingüística e social, relacionar as variações lingüísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade. **O objeto da sociolingüística, portanto, é estudar a diversidade lingüística.**

Para o bom desenvolvimento dos estudos sobre a diversidade lingüística é identificado um conjunto de fatores definidos, com os quais se supõe que a diversidade lingüística esteja relacionada. São eles:

+ SAIBA MAIS

Saiba mais sobre a repercussão do trabalho de Jakobson no Brasil visitando o site:

<http://www.pucsp.br/pos/cos/cultura/biojako.htm>

+ SAIBA MAIS

Leia sobre a relação entre os estudos da enunciação (teoria proposta por Benveniste) e a formação de professores na página:

http://www.ufsm.br/lec/02_04/kelly.htm

a) Identidade social do emissor ou do falante – é sabido que o status do falante exige dele também um cuidado com a linguagem. Com as devidas ressalvas, pode-se afirmar que cada posição social tem sua linguagem, afinal, percebemos essa variação no contato entre as pessoas.

Nesse tópico são objetos de estudo os dialetos de classes sociais e as diferenças entre falas femininas e masculinas;

b) Identidade social do receptor ou ouvinte – estudo das formas de tratamento que são repassadas via linguagem (“baby talk”, por exemplo, fala utilizada por adultos para se dirigirem aos bebês);

c) Contexto social – estudo das diferenças entre a forma e a função dos estilos formal e informal existentes na grande maioria das línguas

d) O julgamento social distinto que os falantes fazem do próprio comportamento lingüístico e sobre o dos outros, isto é, as atitudes lingüísticas.

Para Bright um sistema lingüístico monolítico realizado sem variações ou com variações fortuitas e imotivadas, é incapaz de explicar toda uma gama de associações da estrutura social.

+ SAIBA MAIS

As primeiras investigações acerca de estudos sociolingüísticos surgiram a partir de William Bright (1966) e Fishman (1972), os quais passaram a incorporar os aspectos sociais nas descrições lingüísticas. Bright afirmava que “a diversidade lingüística” é precisamente a matéria de que trata a Sociolingüística. Segundo ele, as dimensões desse estudo estão condicionadas a vários fatores sociais, com os quais a diversidade lingüística se encontra relacionada nas identidades sociais do emissor e receptor e na situação comunicativa. Essa nova área de estudo lingüístico, denominada sociolingüística, surge confusa e desprovida de um grande marco teórico.

Dando prosseguimento aos estudos de Bright, Labov passa a descrever a heterogeneidade lingüística, pois para ele, todo fato lingüístico relaciona-se a um fato social, e que a língua sofre implicações de ordem fisiológica e psicológica. Labov ficou conhecido por ser o representante da teoria da variação lingüística.

Dessa forma, a Sociolingüística é uma área da lingüística que estudará a língua através de fatores externos, os quais caracterizarão a diversidade e a heterogeneidade lingüística.

2.1 Willian LABOV e a Sociolingüística

O termo sociolingüística fixou-se em 1964, com Willian Labov, que formulou um modelo de descrição e interpretação do fenômeno lingüístico no contexto social de comunidades urbanas – conhecido como Sociolingüística Variacionista ou Teoria da Variação.

Labov sublinha o papel decisivo dos fatores sociais na explicação da variação lingüística (diversidade lingüística) e relaciona fatores como idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude ao comportamento lingüístico.

+ SAIBA MAIS

Da Teoria da Variação ou Sociolingüística advêm os pressupostos teóricos segundo os quais toda mudança implica um período de variação e, uma vez propagada/implementada, produz reflexos/encaixamento no sistema lingüístico e social, isto é, propicia o aparecimento de outras estruturas associadas a ela de forma não acidental. Da Teoria de Princípios e Parâmetros, provém o próprio conceito de parâmetro e os feixes de traços que caracterizam as línguas positiva ou negativamente marcadas.

Parece, pois, que a atuação de várias forças - pressões sociais, estruturais e funcionais - tem intensidade variável, dependendo do nível da gramática em que uma nova forma aparece, sem que isso signifique que uma se sobreponha em importância à outra. A tarefa que se impõe é tentar captar, na propagação e no encaixamento da mudança, a força desses dois componentes e sua inter-relação na conclusão do processo.

2.2 Sociolingüística e interdisciplinaridade

Linguagem, cultura e sociedade são consideradas fenômenos inseparáveis. Lingüistas e antropólogos trabalham lado a lado e de modo integrado. A sociolingüística já nasce com um caráter interdisciplinar, mas ela é também um fenômeno social e não só social, ela se relaciona com disciplinas tais como: sociologia, psicologia, biologia e fonoaudiologia, entre outras.

2.3 Objeto da sociolingüística

As pesquisas na área de sociolingüística são feitas por entrevistas e/ou amostragem. O objeto da sociolingüística é a língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade lingüística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas a respeito dos usos lingüísticos.

Uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orien-

tam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

2.4 Variedades Lingüísticas

Os estudos da sociolingüística podem ter alcances diversos, a depender dos seus objetivos, pode descrever a fala da cidade de Nova York, de uma comunidade do Rio de Janeiro, dos estudantes de direito ou dos surfistas, dos imigrantes, dos caipiras, dos gaúchos, etc.

Ao estudar qualquer comunidade lingüística, a constatação mais imediata é a existência de diversidades ou da variação, pois, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar – variedades lingüísticas.

O conjunto de variedades lingüísticas utilizado por uma comunidade é chamado de **repertório verbal**. Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exibe sempre variações. **Nenhuma língua apresenta-se como entidade homogênea. Todas são representadas por um conjunto de variedades.**

Língua e variação são inseparáveis: a Sociolingüística encara a diversidade da lingüística não como um problema, mas como qualidade constitutiva do fenômeno lingüístico. Qualquer tentativa de buscar apreender apenas o invariável, o sistema subjacente – valendo-se de oposições como “língua e fala” ou “competência e desempenho” – significa uma redução na compreensão do fenômeno lingüístico. O aspecto formal e estruturado do fenômeno lingüístico é apenas parte do fenômeno total.

2.5 A variação lingüística: um recorte

Todas as línguas do mundo são sempre continuidades históricas – gerações sucessivas de indivíduos legam a seus descendentes o domínio de uma língua particular. As mudanças temporais são parte da história das línguas. No plano sincrônico, as variações observadas na língua são relacionáveis a fatores diversos: dentro de uma mesma comunidade de fala, pessoas de diferentes origens, idades e sexos falam distintamente.

Não há casualidade entre o fato de nascer em uma determinada região, ser de uma classe social e falar de certa maneira.

As variedades lingüísticas são, de certa forma, subordinadas a dois amplos campos: variedades diatópica e variedades diastráticas.

Varição Diatópica ou Geográfica – relaciona-se a diferenças lingüísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas, ou seja, são as responsáveis pelos chamados regionalismos, provenientes de dialetos ou falares locais. As variedades geográficas também conduzem à oposição entre linguagem

urbana e linguagem rural.

Ex. Brasileiros e Portugueses; Cariocas, Gaúchos e Baianos.

Varição Diastrática ou Social – relaciona-se a um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala.

Classe social, idade, sexo e situação ou contexto social são fatores que estão relacionados às variações de natureza social.

Exemplos.

Classe social – a classe social a que pertence o indivíduo exerce fortes influências na maneira de falar do mesmo. É bastante fácil apontar exemplos de variantes lingüísticas usadas preferencialmente numa determinada classe e isso pode ser objeto de estudo empírico. Um médico e o porteiro do seu prédio possuem falares diferentes.

Como em qualquer outro domínio social, também na sala de aula encontramos grande variação no uso da língua. Essa variação pode se dar na fala entre colegas e mesmo na linguagem da professora que, por exercer um papel social de ascendência sobre seus alunos, está submetida a regras mais rigorosas no seu comportamento verbal e não verbal.

Idade – a variação de linguagem ligada à idade pode ser facilmente observada no seio das famílias. Os avós falam diferentes dos filhos e dos netos; o uso de léxico particular, como presente em certas gírias (“maneiro”, com sentido de uma avaliação positiva) denota uma faixa etária mais jovem. A gíria é um exemplo perfeito para demonstrar essa variação.

Pense, agora, nas gírias faladas pelos seus pais, por você, por pessoas mais jovens. Você pode, inclusive, registrá-las.

Sexo – é ponto pacífico que mulheres e homens não falam de maneira igual. Além das diferenças observáveis no tom de voz, no ritmo, podemos perceber, também, que há preferência por certas estruturas sintáticas, pelo emprego de determinados vocábulos, pela omissão de outro, etc. O tema da relação entre sexo e linguagem tem sido privilegiado na sociolingüística, dando margem à inúmeras pesquisas que buscam testar as mais diversas hipóteses sobre o que de fato pode ser atribuído, em termos de variação, ao sexo. O que é observável na relação entre a fala masculina e a feminina é a duração de vogais como

recurso expressivo, como em “maaaravilhoso”, assim como o uso frequente de diminutivos, como “bonitinho”, costumam ocorrer na fala feminina. É importante destacar que homens e mulheres são socialmente diferentes no sentido de que a sociedade lhes confere papéis distintos e espera dos mesmos que utilizem padrões de comportamento também distintos. Assim sendo, a linguagem apenas reflete o fato social. As diferenças lingüísticas devidas ao fator sexo surgem porque a língua como fenômeno social está intimamente relacionada a atitudes sociais.

Situação ou contexto social – qualquer pessoa altera a sua fala, de acordo com o(s) seu(s) interlocutor(es) – se este é mais velho ou hierarquicamente superior, ou ainda, segundo o lugar em que se encontra: um bar ou uma conferência. Todo falante varia sua fala segundo a situação em que se encontra. Uma situação é definida pela concorrência de dois (ou mais) interlocutores mutuamente relacionados de uma maneira determinada, comunicando sobre um determinado tópico, num contexto determinado.

Cada grupo social estabelece um contínuo de situações cujos pólos extremos e opostos são representados pela formalidade e informalidade. O grau dessa variação será menor em alguns domínios do que em outros. Por exemplo, no domínio do lar ou das atividades de lazer, observamos maior variação lingüística do que na escola ou na igreja. Mas em todos eles há variação, porque a variação é inerente a toda comunidade lingüística.

Exemplo: A situação de uma defesa de trabalho ou entrevista de emprego, em que a linguagem deve ser formal e obedecer a certos critérios versus a comemoração que ocorre à aprovação ou à admissão, envolvendo as mesmas pessoas num ambiente de informalidade, com uso mais “frouxo” da linguagem.

As variedades lingüísticas utilizadas pelos participantes das situações devem corresponder às expectativas sociais convencionais. Aprende-se a falar na convivência. Aprendemos quando devemos falar de um determinado modo, quando devemos falar de outro e, ainda, quando devemos ficar em silêncio. Isso porque os membros de qualquer comunidade adquirem lenta e inconscientemente as competências comunicativas e sociolingüística, com respeito ao uso apropriado da língua.

Mudança Metafórica – é uma interação social particular em que o falante decide mudar de variedade lingüística sem que tenha ocorrido mudança de situação.

Ex. “Aonde a senhora pensa que vai?”, pergunta o pai à filha. O

pronome de tratamento “senhora” está carregado de ironia. Afinal, tradicionalmente, como deve ser usado esse pronome?

Variações Estilísticas ou Registros – são as variações lingüísticas relacionadas ao contexto, ocorrem quando os falantes diversificam sua fala, usam estilos ou registros distintos, em função das circunstâncias em que ocorrem suas interações verbais.

Os falantes adequam suas formas de expressão às finalidades específicas de seu ato enunciativo, sendo que tal adequação decorre de uma seleção dentre o conjunto de formas que constitui o saber lingüístico individual, de um modo mais ou menos consciente. A seleção de formas envolve, naturalmente, um grau maior ou menor de reflexão por parte do falante: o uso do estilo formal, em relação ao informal requer uma atuação mais consciente.

REFLITA

Propomos a você refletir sobre seu discurso em situações diversas e concretas da atividade diária. Como esse discurso varia quanto à formalidade ou informalidade? Em que momentos você se sente mais ou menos livre para falar?

3. As variedades lingüísticas e a estrutura social

Em qualquer comunidade de fala podemos observar a coexistência de um conjunto de variedades lingüísticas. Na realidade objetiva da vida social, há sempre uma ordenação valorativa das variedades lingüísticas em uso, que reflete a hierarquia dos grupos sociais.

Em todas as comunidades existem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores. “Uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” Gnerre(1985, p.4). É evidente a existência de variedades de prestígio e de variedades não prestigiadas nas sociedades em geral. Tradicionalmente, o melhor modo de falar e as regras do bom uso correspondem aos hábitos dos lingüísticos dos grupos socialmente dominantes. Na tradição ocidental – a variedade padrão.

Variedade padrão – representa o ideal de homogeneidade em meio à realidade concreta da variação lingüística - algo que por estar acima do corpo social, representa o conjunto de suas diversidades e contradições.

A variedade padrão não detém propriedades intrínsecas que garantem uma qualidade “naturalmente” superior às demais variedades. A padronização é historicamente definida: cada época determina o que considera como forma padrão. O que é padrão hoje pode tornar-se não padrão, e o que é considerado não padrão pode ser estabelecido como padrão.

Ex. “dereito”, “despois”, “frecha”, “premeiramente”, são encontradas na Carta de Pero Vaz Caminha, de 1500. E “frauta”, “escuitar”, “intonce” em Os Lusíadas, de Camões, de 1572.

Agora reflita:

As pessoas que falam direito, depois e chicrete, como são vistas pela sociedade? A sua fala é considerada correta? Que tipo de preconceitos essas pessoas sofrem? **Escreva um texto de uma lauda que contenha as suas reflexões acerca do assunto** procurando relacionar com a afirmação de Gnerre, acima citada, de que uma variedade lingüística vale o que valem na sociedade seus falantes.

Falar em línguas “simples”, “inferiores”, “primitivas”, para a lingüística não tem nenhum fundamento científico. **Toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, sendo um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive. É absolutamente impróprio dizer que há línguas pobres em vocabulário. Não existem também sistemas gramaticais imperfeitos.**

Se uma determinada sociedade necessitar de um léxico específico, pode ser feito um empréstimo lingüístico ou pode ser criada uma nova palavra em função do novo conceito. Os aspectos gramaticais apresentam-se sempre como sistemas organizados e coerentes de regras. **Uma língua não é homogênea, é produto de sua história e de seu presente, não existem línguas nem variedades “inferiores”.** “**Julgamos não a fala, mas o falante**, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social”. As avaliações sociais feitas em relação a uma língua se baseiam em critérios não lingüísticos: **são julgamentos de natureza política e social**. Não é casual, portanto, que se julgue “feia” a variedade dos falantes da zona rural, de classe social baixa, com pouca escolaridade, de regiões culturalmente desvalorizadas.

Para a sociolingüística as diferenças lingüísticas observáveis nas comunidades em geral são vistas como um dado inerente ao fenômeno lingüístico. Porém, há outros “(des)entendimentos” sobre o fenômeno da variação lingüística que deram origem ao que ficou conhecido como preconceito lingüístico.

Preconceito Lingüístico – é a não aceitação da diferença lingüística, é um comportamento social facilmente observável. Ocorre

como rejeição a certas variedades, concretizada na desqualificação de pronúncias, de construções gramaticais e de usos vocabulares, sendo compartilhada sem conflito pelo senso comum. Existe sempre um conjunto de variedades lingüísticas em circulação no meio social. Aprende-se a variedade a que se é exposto, e não há nada de errado com essas variedades. Os grupos sociais dão continuidade à herança lingüística recebida.

Os grupos situados embaixo na escala social não adquirem a língua de modo imperfeito, não deturpam a língua “comum”. Pensar que a diferença lingüística é um mal a ser erradicado justifica a prática da exclusão e do bloqueio ao acesso a bens sociais. Trata-se sempre de impor a cultura dos grupos detentores do poder aos outros grupos – e a língua é um dos comportamentos do sistema cultural.

Cabe aos usuários das variedades não-padrões adotar a variedade socialmente aceitável – pelo menos, em certas circunstâncias, como em situação de fala pública ou durante uma entrevista de emprego.

Por que aprender outro modo de falar? Onde adquirir este outro modo de falar?

A motivação para falar de um outro modo é sempre social, e isso pode ser produzido pela escola, ou pela experiência social.

Marcos Bagno em sua obra sociolingüística publicada em 1997, “A língua de Eulália”, procura mostrar que o uso de uma linguagem “diferente”, nem sempre pode ser considerado um “erro de português”. Esse modo diferente das pessoas falarem pode ser explicado por algumas ciências como a Lingüística, a História, a Sociologia e até mesmo a Psicologia.

Embora a nossa tradição educacional negue a existência de uma pluralidade dentro do universo da Língua Portuguesa e não aceite que a norma culta seja uma das muitas variedades possíveis no uso do português, a “Língua Portuguesa” está em constante modificação e recebe notadamente, a influência de palavras pertencentes a outros idiomas, principalmente dos imigrantes que chegam a todo o momento ao Brasil, entre eles, portugueses, americanos, japoneses, alemães e italianos.

Entre outras coisas, o livro “A Língua de Eulália” (2003) mostra que, na comparação entre o português-padrão e o português-não-padrão o maior preconceito apontado não são exatamente as diferentes lingüísticas que prevalecem, mas sim, as diferenças sociais, mostrando que esses preconceitos são comuns, como por exemplo, o étnico: o índio “preguiçoso”, o negro “malandro”, o japonês “trabalhador”, o judeu “mesquinho”, o português “burro”; o sexual: a valorização do “macho”; o cultural: o desprezo pelas práticas medicinais caseiras, além dos socioeconômicos, como a valorização do rico e o desprezo pelo pobre;

entre outros.

Tudo isso que acabamos de mencionar será tratado na unidade B, que desenvolveremos na seqüência. Antes, porém, resolva as atividades.

ATIVIDADE

Atividade A: Disponível no ambiente.

Unidade B

Conceitos básicos – A pesquisa Sociolingüística

Dando continuidade ao estudo da Sociolingüística, nesta unidade, estudaremos, de forma mais detalhada, o preconceito lingüístico existente em nossa sociedade. Este assunto terá destaque uma vez que para compreendermos o fenômeno da variação lingüística é de suma importância que entendamos os aspectos sociais que estão atrelados a ele. Propomos, então, o estudo sobre a variação lingüística e sobre o preconceito lingüístico. Estudando esses aspectos, poderemos perceber quão importante é para o professor o entendimento da variação que é levada pelos alunos à escola.

1. A Pesquisa Sociolingüística - Variação lingüística e preconceito

Como vimos, o homem é um ser social. No entanto, a comunicação entre os homens não é algo que se possa designar por simples. Nós já estudamos que há diversos fatores que interferem na fala humana (unidade A). Mesmo assim, o meio mais comum de que dispomos para a comunicação é a língua, que está longe de ser um objeto estático.

A variação lingüística, segundo alguns teóricos, acontece em todos os níveis de elaboração da linguagem, e ocorre em função do emissor e do receptor, sempre levando em conta a região em que se encontra (emissor ou receptor), faixa-etária, classe social e profissão, sendo eles responsáveis por essa variação. No caso do Brasil, pelo fato de ser um país extenso e com uma população diversificada, utilizando a mesma língua materna, sempre haverá a heterogeneidade lingüística, dentro do mesmo estado ou comunidade lingüística.

Por isso, o campo da pesquisa sociolingüística está delimitado ao estudo dos problemas que envolvem a relação língua/sociedade. Sua principal tarefa é mostrar a variação sistemática lingüística da estrutura social e o relacionamento causal em uma direção ou outra. Deste modo, tanto a Sociolingüística como a Pesquisa Sociolingüística trabalham com o mesmo objeto: a diversidade lingüística, descrevendo o falar em sua magnitude, levando em conta a origem, idade, sexo, escolaridade e o aspecto financeiro, não para demarcar os limites dos desníveis sociais, mas, para demonstrar que o homem é um ser sociável e que, em qualquer situação, é capaz de se fazer entender e

compreender a mensagem proposta.

Fernando Tarallo (1994), em “Pesquisa Sociolingüística”, mostra que os falares regionais podem ser descritos e mapeados com base em uma metodologia da linguagem que subsidie o trabalho do lingüista. Assim, a Sociolingüística estudaria as relações entre as variações lingüísticas e as variações sociológicas, descrevendo o falante em toda sua essência, não desprezando o contexto em que se encontra, mas, levando em consideração todo aspecto envolvido no momento em que emite uma mensagem.

Nesse mesmo contexto, ele afirma que a língua, por ser um marcador que identifica usuários ou grupos a qual pertence, pode também ser o delimitador das diferenças sociais no seio de uma comunidade. O comportamento lingüístico é um indicador claro da estratificação social. Nesse caso, também, podemos falar em estratificação lingüística.

Uma consideração importante a ser feita é que tratar da língua é tratar também de seres humanos. É justamente nesse tratamento, nessa relação entre a língua e os seres humanos que a falam, que emergem os preconceitos lingüísticos, que, infelizmente, são muito comuns na sociedade brasileira. O preconceito lingüístico está, antes de tudo, associado com o falante, ou seja, é também um preconceito social, além de ser também resultado da milenar confusão estabelecida entre gramática e língua.

Da mesma forma que a humanidade evolui e se modifica, com o passar do tempo, a língua acompanha essa evolução e varia de acordo com os diversos contatos entre os seres pertencentes à comunidade universal. Assim, ela é considerada um objeto histórico, sujeita a transformações, que se modifica no tempo e se diversifica no espaço. Existem quatro modalidades que explicam as variantes lingüísticas:

1. variação histórica (palavras e expressões que caíram em desuso com o passar do tempo);
2. variação geográfica (diferenças de vocabulário, pronúncia de sons e construções sintáticas em regiões falantes do mesmo idioma);
3. variação social (a capacidade lingüística do falante provém do meio em que vive, sua classe social, faixa etária, sexo e grau de escolaridade);
4. variação estilística (cada indivíduo possui uma forma e estilo de falar próprio, adequando-o a situação em que se encontra).

+ SAIBA MAIS

Leia o texto sobre variantes lingüísticas no contexto da internet.. Ele está disponível no site:

<http://www.webartigos.com/articles/10408/1/variantes-linguisticas-no-contexto-da-internet.html>

ATIVIDADE

Atividade B.1: Disponível no ambiente.

Mesmo que as variantes acima descritas expliquem as variações lingüísticas, o falante que não domina a língua denominada “padrão” por sua comunidade lingüística, sofre preconceitos e é “excluído” da “roda dos privilegiados”, aqueles que tiveram acesso à educação de qualidade e, por isso, consideram-se “melhores” que os demais. Esse tipo de preconceito é denominado preconceito lingüístico.

De acordo com Marcos Bagno, preconceito lingüístico é a atitude que consiste em discriminar uma pessoa devido ao seu modo de falar. Como já dito, esse preconceito é exercido por aqueles que tiveram acesso à educação de qualidade, à “norma padrão de prestígio”, ocupam as classes sociais dominantes e, sob o pretexto de defender a língua portuguesa, acreditam que o falar daqueles sem instrução formal e com pouca escolarização é “feio”, e carimbam o diferente sob o rótulo do “erro”. Infelizmente, “preconceito lingüístico” é somente uma denominação “bonita” para um profundo preconceito “social”: não é a maneira de falar que sofre preconceito, mas a identidade social e individual do falante.

Há muitos preconceitos no mundo todo: preconceito racial, preconceito contra os pobres, contra as mulheres..., enfim, uma infinidade de “absurdos” cometidos por várias pessoas. Mas, dentro do chamado “preconceito lingüístico”, pode-se citar alguns considerados “destaque”, devido à constante freqüência de suas ocorrências. Dentre esses preconceitos, destacaremos aqueles que são apresentados por Marcos Bagno na sua obra “Preconceito lingüístico: o que é, como se faz”. Nessa obra, o autor chama de “mitos” o que já está arraigado na mente das pessoas como imagens de si e da língua falada. Após cada mito, apresentaremos para você a explicação do porquê de cada um deles não ter sentido em relação ao uso e ao conhecimento que temos da nossa língua.

Mito nº1: A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente.

Esse mito é um dos mais sérios e maiores em relação à língua, pois prejudica seriamente a educação na medida em que em nosso país existe um verdadeiro abismo lingüístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro (a maioria da população) e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola. Se tal abismo existe, como podemos falar em unidade da língua?

Mito nº 2: Brasileiro não sabe português/Só em Portugal se fala bem português.

Esse mito trata, primeiramente, da diferença que existe entre língua falada e língua escrita (diferenças essas que são tão grandes que muitas vezes surgem dificuldades de compreensão – vocabulário, construções sintáticas) e, num segundo momento, trata das noções de certo e errado, que são abordados levando em conta o que é natural no uso da língua materna, por exemplo, o uso de construções com “me” e “te” como em “ele me bateu”, mas não ocorre o uso de o/a, ou então das formas lo/la que são formas utilizadas em situação de uso mais formal, quando o falante quer deixar claro que domina as regras impostas pela gramática escolar. As regras gramaticais consideradas certas, por sua vez, são aquelas baseadas nas usadas por Portugal. No entanto, devemos ter em conta que o brasileiro sabe o português do Brasil, que é a língua materna de todos os que nascem e vivem aqui, enquanto que os portugueses sabem o português deles. Nenhum dos dois é mais certo ou mais errado: eles são diferentes porque atendem às necessidades lingüísticas das comunidades que os usam.

Mito nº 3: Português é muito difícil”.

É um preconceito inerente à própria cultura do povo, uma vez que é abordada a questão da existência de uma gramática brasileira e de seu emprego na língua falada. A idéia de que “português é muito difícil” serve mais uma vez como um dos vários instrumentos de manutenção do status quo das classes sociais privilegiadas. Em relação à área educacional, podemos destacar, de acordo com o autor, que no dia em que o nosso ensino de português se concentrar no uso real, vivo e verdadeiro da língua portuguesa do Brasil, ele deixará de ser considerado uma “língua difícil”.

Mito nº4: “As pessoas sem instrução falam tudo errado”.

O que está em jogo aqui não é a língua, mas a pessoa que fala essa língua: onde ela vive, que posição social ocupa, qual sua condição econômica. Por exemplo, se o Nordeste é ‘atrasado’, ‘pobre’, ‘subdesenvolvido’, então, ‘naturalmente’, as pessoas que lá nasceram e a língua que elas falam também devem ser consideradas assim...”.

Mito nº5: O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”.

Não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja melhor. É preciso abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o ‘melhor’ ou o ‘pior’

português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua, que constituem um tesouro precioso de nossa cultura.

Mito nº6: “O certo é falar assim porque se escreve assim”.

Esse mito trata da supervalorização da língua escrita em detrimento à falada. É preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua falada ‘artificial’ e reprovando como ‘erradas’ as pronúncias que são resultado natural das forças internas que governam o idioma. Além do mais, não existe nenhuma ortografia em nenhuma língua do mundo que consiga reproduzir a fala com fidelidade”.

Mito nº7: “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”.

Nesse mito o autor aborda uma das mais delicadas questões do ensino da língua que é a existência das gramáticas que teriam como finalidade primeira a descrição do funcionamento da língua, mas que se tornaram, no decorrer do tempo, instrumentos ideológicos de poder e controle social. A gramática é subordinada à língua e dependente dela, não o contrário. Ela não estabelece a ‘norma culta’. A tarefa da gramática deve ser o de definir, identificar e localizar os falantes cultos, coletar a língua usada por eles e descrever essa língua de forma clara e objetiva”.

Mito nº8: “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”.

Este complementa o primeiro mito uma vez que os dois estão ligados a poderes políticos e econômicos. O mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente. É preciso favorecer esse reconhecimento, mas também garantir o acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde, à habitação e ao transporte de boa qualidade, enfim, a uma “vida digna”.

Levando em consideração o que foi estudado, devemos destacar que é necessário que as pessoas compreendam que não existe português certo ou errado, mas modalidades de prestígio ou desprestígio que correspondem ao meio e ao falante. O apagamento de uma modalidade em favor de outra é despersonalizador, pois o indivíduo, ao ingressar na escola, possui um repertório cultural já formado pelo seu meio e, se lhe for dito que tudo o que conhecia (no caso, sua linguagem) é “errado”, perderá sua identidade verdadeira e poderá adquirir o preconceito. Por isso, é desejável que o aluno não abandone sua

+ SAIBA MAIS

Leia a entrevista com Marcos Bagno. Ela está disponível no site:

<http://www.sergipe.com.br/balaiodenoticias/linguistica/htm>

modalidade em seu meio. Mas, a prática da norma culta deve ser ensinada para a promoção social do mesmo.

As instituições de ensino deveriam tratar a questão do ensino da norma culta e das variantes lingüísticas de maneira com que os alunos conseguissem compreender a norma e suas variantes. Deveriam promover aos alunos uma reflexão sobre a língua materna, distinguindo o que é adequado ou inadequado em determinadas situações de uso. Dessa forma, a classe sócio-economicamente desprivilegiada teria a oportunidade de ascensão social e de acesso aos instrumentos culturais, obtendo prestígio.

Mas, ao contrário do que é realmente adequado ao ensino da língua, as escolas estão mantendo as classes menos favorecidas em um baixo patamar, sem lhes promover o conhecimento da língua materna e a reflexão sobre as variações lingüísticas existentes, privando-as de uma oportunidade de ascensão social.

É importante que os professores promovam os instrumentos necessários para que os alunos possam ser capazes de compreender as linguagens formal e informal e adequá-las às diversas situações que vivenciarem. Há também a necessidade de fazê-los refletir sobre o que é “certo e errado”, levando em consideração as diversas variações históricas, estilísticas, geográficas e sociais que a linguagem possui.

Em suma, para se acabar com o preconceito, seja ele racial, social ou qualquer outro, é necessário que haja uma democratização da sociedade, que dê oportunidades “iguais” a todos, reconhecendo e respeitando suas diferenças. E mais: a palavra “preconceito” significa um “pré” conceito daquilo que ainda não se conhece a fundo. A partir do momento em que se estuda determinado assunto, que se aprende sobre ele, o que se deve adquirir é “respeito”, e não “discriminação”.

Como atividade final desta unidade, para uma melhor compreensão do conteúdo estudado, sugerimos a leitura do livro “A língua de Eulália” de Marcos Bagno.

Publicada em 1997, a obra sociolingüista de Marcos Bagno, “A Língua de Eulália”, procura mostrar que o uso de uma linguagem ‘diferente’ nem sempre pode ser considerado um “erro de português”. O modo estranho das pessoas falarem pode ser explicado por algumas ciências como a lingüística, a história, a sociologia e até mesmo a psicologia.

Embora a nossa tradição educacional negue a existência de uma pluralidade dentro do universo da língua portuguesa e não aceite que a norma padrão é uma das muitas variedades possíveis no uso do português, a “língua portuguesa” está em constante modificação e recebe, notadamente, a influência de palavras pertencentes a outros

idiomas, principalmente dos imigrantes que chegam a todo momento no país, entre eles portugueses, americanos, japoneses, alemães e italianos.

Entre outras coisas, o livro “A Língua de Eulália” mostra que, na comparação entre o português-padrão e o português-não-padrão, o maior preconceito apontado não está relacionado diretamente as diferenças lingüísticas, mas sim, as diferenças sociais. Tal constatação nos mostra que esses preconceitos são comuns, como, por exemplo, o étnico: o índio “preguiçoso”, o negro “malandro”, o japonês “trabalhador”, o judeu “mesquinho”, o português “burro”; o sexual: a valorização do “macho”; o cultural: o desprezo pelas práticas medicinais “caseiras”, além dos socio-econômicos: como a valorização do rico e o desprezo pelo pobre; entre outros.

Desvendando a sociolingüística de maneira especial, o autor se preocupa em transmitir através desta obra, que por mais estranhas que possam parecer certas pronúncias, por mais incompatíveis que sejam com o português padrão que aprendemos na escola, cada uma dessas palavras têm uma origem perfeitamente explicável dentro da história da língua portuguesa.

Nesse sentido, “A Língua de Eulália” conduz o leitor a uma verdadeira “viagem ao País da Lingüística”, além de ajudar ainda mais a entender a nossa língua portuguesa.

ATIVIDADE

Atividade B.2: Disponível no ambiente.

Unidade C

Correntes sociolingüísticas

Nesta unidade daremos ênfase a três correntes sociolingüísticas: a variacionista, a interacional e a educacional. Esta última, principalmente, porque se volta para o ensino, para as atividades de sala de aula.

1. A pesquisa variacionista

Diferentemente de outras correntes lingüísticas, o variacionismo parte do pressuposto de que a heterogeneidade manifestada na fala pode ser analisada de forma coerente. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador não deve confiar em sua intuição e basear-se em exemplos construídos por ele próprio. Ao contrário, ele deve resgatar dados numa dada comunidade que constituirão o material que será submetido às análises estatísticas para a testagem das hipóteses.

Bases e princípios da teoria variacionista

A Sociolingüística Variacionista se orienta por uma concepção de língua como sistema socialmente determinado: um sistema heterogêneo, cuja variação estrutural está relacionada às alterações dos padrões culturais e ideológicos da comunidade de fala. Opõe-se, assim, à concepção de língua como sistema homogêneo e autônomo que se impõe unitariamente a todos os falantes da comunidade lingüística indistintamente. Esse conceito permite superar a dicotomia sincronia e diacronia, no sentido que havia adquirido no estruturalismo, uma vez que a análise sincrônica deve-se fundamentar no conceito de língua como um sistema de regras variáveis, no qual um contínuo processo de variação e mudança opera na estrutura lingüística.

Desse modo, o desenvolvimento histórico de uma língua deixa de ser representado pela sucessão de sistemas discretos, unitários, homogêneos e autônomos. Em outras palavras, as mudanças lingüísticas não podem ser tratadas como leis, uma vez que a história das línguas não está submetida a princípios universais, constantes e necessários.

Como produto da atividade humana, as línguas submetem-se às contingências e vicissitudes da própria vida concreta dos homens, da história peculiar de cada sociedade humana.

Os estudos empíricos da sociolingüística demonstram que a mudança não é apenas uma função do sistema lingüístico, mas *uma função de interação da estrutura interna da língua com o processo social*

que ela realiza. A mudança é, conforme esses estudos, determinada em grande parte pelas relações sócio-políticas e ideológicas que se estabelecem dentro da comunidade de fala (relações de poder e de prestígio, posição social, orientação cultural do falante etc.).

Mas, ao romper com os limites impostos pela análise estruturalista, a Sociolingüística não nega as contribuições que essa análise oferece para a compreensão dos fatos lingüísticos. Partindo do pressuposto de que a mudança no tempo tem relações com a variação sincrônica e que essa variação está correlacionada com os aspectos da estrutura social, Weinreich, Labov e Herzog (esses são os nomes de destaque da Sociolingüística Variacionista) estabelecem como ponto essencial de investigação histórica localizar o fenômeno sob mudança tanto no contexto estrutural (interno) quanto no contexto social (externo), pois, para eles, os estudos empíricos revelam a língua como um sistema que muda em associação com as mudanças na estrutura social.

O equacionamento da questão da variação pressupõe respostas para cinco problemas, a saber:

a) fatores condicionadores, com seus desdobramentos teóricos em fatores de ordem social e de ordem lingüística. Quais são as condições para mudança que ocorrem em dada estrutura (pode ser constatada mudança em progresso);

b) o encaixamento da variação das formas em observação na matriz dos concomitantes lingüísticos e extralingüísticos e nos desdobramentos da estrutura social. Contextos lingüísticos que favorecem um determinado tipo de mudança desencadeiam outras mudanças, em possíveis relações em cadeia;

c) avaliação das mudanças em termos de seus possíveis efeitos sobre a estrutura lingüística, sobre a eficiência comunicativa e sobre um amplo conjunto de categorias não representacionais (inclusive interacionais, discursivas e pragmáticas) envolvidas na fala. A teoria da mudança lingüística deve estabelecer empiricamente as correlações subjetivas das várias leis e variáveis na estrutura heterogênea;

d) a transição entre quais duas formas de uma língua definida para uma comunidade de fala em diferentes momentos, i. é., análise dos estágios intermediários, que podem ser observados, ou devem ser postulados para essas formas: como um falante aprende uma forma alternante, tempo em que as duas formas co-existem, tempo em que uma das formas prevalece sobre a outra;

e) implementação, ou seja, quais fatores são responsáveis pela implementação da mudança e por que a mudança em um traço estrutural ocorre em determinada língua em um dado momento, mas não em outra língua com o mesmo traço, ou na mesma língua, em outros momentos? Os processo de mudança devem receber estímulos e restrições da sociedade e da estrutura da língua.

O equacionamento das questões da mudança lingüística, cuja explicação depende de outras tarefas como a explicação da origem, da propagação e da realização completa dessa mudança, prevê, entre outras etapas, que o estudo do processo deve considerar tanto o encaixamento da mudança na estrutura lingüística, quanto o encaixamento na estrutura social. Por outro lado, a análise da variação no uso da língua pressupõe que a heterogeneidade lingüística não é aleatória, mas regulada por um conjunto de regras. Assim como existem regras categóricas que obrigam o falante a usar uma forma e não outra, também há condições ou regras variáveis que favorecem ou inibem, variavelmente e com pesos específicos, o uso de uma ou de outra forma variável em cada contexto. Esses fatores (condicionadores, regras variáveis) podem ser de ordem interna do sistema lingüístico ou de ordem externa a ele.

No primeiro caso, têm-se os fatores estruturais relativos ao contexto em que a variação ocorre; no segundo caso, têm-se os fatores sociais, entre os quais idade, sexo, escolaridade, classe social, etc. Cada caso, no entanto, deve ser estudado levando em conta a matriz que lhe é própria. No emprego de formas de tratamento (*tu, você, senhor*), por exemplo, a diferença de *status* social, a idade dos interlocutores e o grau de formalismo influem sobre a escolha de uma ou de outra forma. Temos que levar em conta que é impossível medir a influência ou o peso de uma dada categoria sem medir simultaneamente o efeito das outras categorias também obrigatoriamente presentes.

A fundamentação empírica desses princípios está na propagação na comunidade de fala. Portanto, é no processo de propagação da mudança na comunidade de fala que se pode enfrentar o problema do encaixamento da mudança na estrutura social.

2. Sociolingüística Interacional: bases e princípios

A sociolingüística interacional propõe o estudo da língua na interação social, tendo como fundamento noções da Psicologia social. Em outras palavras, é o estudo da construção da interação lingüística e social que fornece subsídios para analisar o contexto social e incorpora o entendimento dos participantes construídos por meio dos sentidos

inferidos na interação. É uma perspectiva teórica e metodológica do estudo do uso da língua que envolve lingüística, sociologia, e antropologia por relacionar língua, sociedade e cultura.

Fortemente ancorada na pesquisa qualitativa empírica e interpretativa, os trabalhos desenvolvidos nessa área variam de acordo com o interesse do pesquisador, que poderá dar maior ou menor atenção ao fenômeno lingüístico versus o fenômeno interacional. Cabe destacar que as análises que caracterizam essa área são uma interpretação dos fenômenos (lingüísticos, não-verbais, sociais, entre outros) que cooperam na construção do evento comunicativo, seguindo a orientação de Erving Goffman, John Gumperz e Dell Hymes.

Gumperz, em seus escritos, defende que a diversidade lingüística funciona como um recurso comunicativo nas interações verbais do dia-a-dia no sentido em que, numa conversação, os interlocutores, para caracterizar eventos, inferir intenções e apreender expectativas sobre o que poderá ocorrer em seguidam, se baseiam em conhecimentos e estereótipos relativos às diferentes maneiras de falar.

Goffman, por sua vez, enfatiza a complexidade das variáveis sociolingüísticas que estão envolvidas na interação, assinalando a importância do valor atribuído a essas variáveis pelos participantes durante uma dada situação social. Assim, o estudo da relação língua e sociedade passa a ser visto a partir do uso da fala em contextos sociais específicos, não se tratando mais da realização de estudos correlacionais entre variáveis lingüísticas e variáveis sociais, mas do exame da situação como o lugar da pesquisa.

3. Sociolingüística educacional

Essa corrente tem se debruçado sobre vários fenômenos da variação lingüística, que ocorre no português brasileiro, vendo suas implicações no processo ensino e aprendizagem da linguagem, sobretudo, em relação ao ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Entendemos que o estudo e o conhecimento advindo dessa corrente pode contribuir para melhorar a qualidade do ensino da Língua Portuguesa porque trabalha sobre a realidade lingüística dos usuários dessa língua.

As pesquisas fundamentadas na sociolingüística educacional mostram que é possível desenvolver práticas de linguagem significativas, no sentido de incluir alunos oriundos das classes sociais menos favorecidas, fazendo com esses alunos deixem de se sentir estrangeiros em relação à língua utilizada pela escola, e com isso consigam participar de forma satisfatória das práticas sociais que demandam conhecimentos lingüísticos diversos.

+ SAIBA MAIS

Leia o texto A comunidade de fala na sociolingüística laboviana: algumas reflexões de autoria de Cristine Goski Severo, disponível em:

<http://www.nead.uncnet.br/2007/revistas/letras/9/92/pdf>

Diferentemente dos alunos oriundos das classes mais abastadas, cuja variedade de língua é também a variante de prestígio, e também a que é ensinada na escola, a maioria dos alunos das classes menos favorecidas além de ter que, praticamente, aprender uma nova língua, não têm sua variedade de língua valorizada e muito menos colocada como objeto de estudo na sala de aula. O que se observa é que, muitas vezes, os alunos usuários das variedades populares são discriminados em função da sua maneira de falar.

Por outro lado, as dificuldades que esses alunos apresentam em relação às atividades lingüísticas são tratadas como se estas ocorressem em função da falta de capacidade dos alunos, quando na verdade tais dificuldades estão relacionadas ao desconhecimento da escola em relação às variedades lingüísticas existentes no Brasil, que tenta trabalhar a língua materna como se esta fosse algo estático, puro, homogêneo, uniforme ou até mesmo intocável, como defendem muitos gramáticos. Na verdade, a Língua Portuguesa, como todas as outras línguas humanas, deveria ser compreendida como um organismo vivo, heterogêneo, passível de variação e mudança, que sofre a influência de vários fatores lingüísticos e não lingüísticos. Isto significa que a nossa língua não está pronta, que não é neutra ou mesmo algo inerte que se possa colocar numa forma, mas algo que se encontra em permanente processo de variação e que expressa a diversidade dos grupos sociais que a falam.

Para trabalhar a variação lingüística na sala de aula, o professor deve introduzir, ao mesmo tempo, por um lado, o respeito e a aceitação aos vários falares dos alunos e por outro, uma prática de ensino e aprendizagem cujo objeto de estudo sejam os próprios textos dos alunos (orais e escritos). O que também não significa o abandono ao ensino da língua culta, pois esta continua sendo a variante de prestígio, portanto é importante que também seja trabalhada em sala de aula. Além disso, é imprescindível que haja constantemente uma prática de reflexão sobre os usos das diversas variedades lingüísticas existentes no país, nos diversos gêneros textuais, tanto na modalidade oral quanto na escrita, para que o aluno saiba que cada uma dessas variedades (padrão e não-padrão) tem seus contextos de uso. Por outro lado, também é importante que o aluno, ao aprender novas formas lingüísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades lingüísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana. Agindo assim, não somente estamos conscientizando os nossos alunos, enriquecendo os seus dialetos, mas também aumentando o leque de suas possibilidades lingüísticas, que associadas aos seus contextos de uso podem tornar esses alunos usuários muito mais conscientes e

competentes quanto aos diversos usos da língua.

Tornar os alunos usuários muito mais competentes quanto aos diversos usos da língua significa permitir-lhe a escolha da forma de fala ou de escrita adequada a cada situação comunicativa, considerando as características e condições do contexto de produção, isto é, saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas.

Uma das pioneiras do movimento da sociolingüística educacional é a sociolingüista Stella Maris Bortoni-Ricardo, que se dedica em fortalecer esse campo de estudos, investigando não só a língua, mas também as redes sociais e a cultura específica dos migrantes de origem rural, forçados a se instalar nas periferias das grandes cidades. Dentre os trabalhos da autora, damos destaque às obras: “Linguagem e escola: uma perspectiva social”; “nós chegemos na escola, e agora?”; “Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula”, entre outros.

Assim que você tiver oportunidade, leia um desses três textos da autora. A leitura dessas obras é fácil e fundamental para todo professor que trabalha com a língua materna, pois a autora propõe uma práxis comprometida com a transformação social com vistas à sistematização da cultura das classes dominadas.

Leitura complementar

Nessa unidade, traçamos as principais linhas que norteiam os estudos sociolingüísticos. Fizemos uma passagem rápida pelas correntes e citamos os principais teóricos das mesmas. Agora, apresentamos uma série de textos que devem ser lidos para que você possa entender os objetivos e a aplicação dos estudos dessas correntes.

O primeiro texto a ser lido é: A diversidade lingüística no Brasil e a escola, de Stella Maris Bortoni-Ricardo. Na seqüência, Uma língua, muitas gentes, de Sílvio Renato Jorge e A diversidade e a desigualdade lingüística no Brasil, de Dante Luchesi.

Esses textos estão disponíveis em:

http://www.redebrail.tv.br/salto/boletins2008/pot_ling/index.htm

ATIVIDADE

Atividade C: Disponível no ambiente.

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA EDUCACIONAL PARA O PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM

Retirado de : <http://www.cedu.ufal.br>
Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante (1) - UFAL

O presente trabalho procura apresentar algumas contribuições de uma das subáreas lingüística denominada de sociolingüística educacional. Essa corrente tem se debruçado sobre vários fenômenos da variação lingüística, que ocorre no português brasileiro, vendo suas implicações no processo ensino e aprendizagem da linguagem, sobretudo, em relação ao ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental.

Entendemos que o estudo e o conhecimento advindo dessa corrente pode contribuir para melhorar a qualidade do ensino da Língua Portuguesa porque trabalha sobre a realidade lingüística dos usuários dessa língua, levando em conta além dos fatores internos à língua (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica) também os fatores de ordem externa à língua (sexo, etnia, faixa etária, origem geográfica, situação econômica, escolaridade, história, cultura, entre outros.).

As pesquisas fundamentadas na sociolingüística educacional mostram que é possível desenvolver práticas de linguagem significativas, no sentido de incluir alunos oriundo das classes sociais menos favorecidas, fazendo com esses alunos deixem de se sentir estrangeiros em relação à língua utilizada pela escola, e com isso consigam participar de forma satisfatória das práticas sociais que demandam conhecimentos lingüísticos diversos.

Diferentemente dos alunos oriundos das classes mais abastadas, cuja variedade de língua é também a variante de prestígio, e também a que é ensinada na escola, a maioria dos alunos das classes menos favorecidas além de ter que, praticamente, aprender uma nova língua, não têm sua variedade de língua valorizada e muito menos colocada como objeto de estudo na sala de aula. O que se observa é que, muitas vezes, os alunos usuários das variedades populares são discriminados em função da sua maneira de falar.

Por outro lado, as dificuldades que esses alunos apresentam em relação às atividades lingüísticas são tratadas como se estas ocorressem em função da falta de capacidade dos alunos, quando na verdade tais dificuldades estão relacionadas ao desconhecimento da escola em relação às variedades lingüísticas existentes no Brasil, que tenta trabalhar a língua materna como se esta fosse algo estático, puro, homogêneo, uniforme ou até mesmo intocável como defendem muitos gramáticos. Na verdade, a Língua Portuguesa, como todas as outras

línguas humanas, é para ser compreendida como um organismo vivo, heterogêneo, passível de variação e mudança, que sofre a influência de vários fatores lingüísticos e não lingüísticos. Isto significa que a nossa língua não está pronta, que não é neutra ou mesmo algo inerte que se possa colocar numa forma, mas algo que se encontra em permanente processo de variação, e que expressa a diversidade dos grupos sociais que a falam.

Segundo Labov (1983) (2), a variação existe em todas as línguas naturais humanas, é inerente ao sistema lingüístico, ocorre na fala de uma comunidade e, inclusive, na fala de uma mesma pessoa. Isto significa que a variação sempre existiu e sempre existirá, independente de qualquer ação normativa. Assim, quando falamos em Língua Portuguesa estamos falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. E mesmo havendo no Brasil uma aparente unidade lingüística e apenas uma língua nacional, é possível observar variação em diversos níveis da estrutura lingüística como ilustram os exemplos a seguir: na pronúncia (tia/tchia (3), porta/porrrta, televisão/tEIEvisão, festa/feishta REcifi/Recifi/Ricifi), no emprego de palavras (macaxeira/aimpim/mandioca, menino/garoto/guri, você/tu), na morfologia e nas construções sintáticas (eles falam/eles fala, nós falamos/a gente fala, nós fala/a gente falamos, eu quero falá com o pai/quero falar com pai).

Esses são alguns exemplos de variação lingüística que não somente identificam os falantes de comunidades lingüísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Isso significa dizer que não existem variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem diferentes variedades lingüísticas (padrão e não-padrão), geralmente associadas a diferentes valores sociais (PCN 1998).

Porém, não queremos dizer com isso que a variação seja um fenômeno que ocorra aleatoriamente. Vários estudos na perspectiva variacionista (MOLLICA 1992; SCHRRE 1996; entre outros) mostram que a variação é governada por restrições lingüísticas e não lingüística, que são passíveis de descrição. Por isso, não devemos agir com indiferença diante das produções textuais dos alunos (orais e escritas), que apresentam variação, mas assumir uma atitude natural, o que também não significa que "vale tudo", significa, sim, que estamos agindo sem preconceito, porém com responsabilidade e sobretudo muito sensibilidade..

Por outro lado, não devemos esquecer que algumas variedades lingüísticas são fortemente discriminadas, isto é, tratadas de modo preconceituoso e anticientífico. Não porque essas variedades sejam inferiores ou porque sejam menos elaboradas do ponto de vista lingü-

ístico, mas simplesmente porque diferem em alguns aspectos (quase sempre relacionados à forma) daqueles que os gramáticos tradicionais elegeram como sendo o “correto”.

Para trabalhar a variação lingüística, o professor deve introduzir, ao mesmo tempo, por um lado, o respeito e a aceitação aos vários falares dos alunos (MOLLICA 1998); e por outro, uma prática de ensino e aprendizagem cujo objeto de estudo sejam os próprios textos dos alunos (orais e escritos). O que também não significa o abandono ao ensino da língua culta, pois esta continua sendo a variante de prestígio, portanto é importante que também seja trabalhada em sala de aula. Além disso, é imprescindível que haja constantemente uma prática de reflexão sobre os usos das diversas variedades lingüísticas existentes no País, nos diversos gêneros textuais, tanto na modalidade oral quanto na escrita, para que o aluno saiba que cada uma dessas variedades (padrão e não-padrão) tem seus contextos de uso. Por outro lado, Também é importante que o aluno, ao aprender novas formas lingüísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades lingüísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana. Agindo assim, não somente estamos conscientizando os nossos alunos, enriquecendo os seus dialetos, mas também aumentando o leque de suas possibilidades lingüísticas, que associadas aos seus contextos de uso podem tornar esses alunos usuários muito mais conscientes e competentes quanto aos diversos usos da língua.

Tornar os alunos usuários muito mais competentes quanto aos diversos usos da língua, não significa levá-los a memorizar as regras da gramática normativa ou a falar “certo”, mas permitir-lhe a escolha da forma de fala ou de escrita adequada à cada situação comunicativa, considerando as características e condições do contexto de produção, isto é, saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas.

Segundo Santos e Cavalcante (2000), para trabalhar a variação lingüística em sala de aula seria interessante que fossem realizadas atividades enfatizando a diferença entre textos produzidos oralmente e textos escritos, trabalhando o máximo possível os próprios textos dos alunos (orais e escritos). E chamando a atenção para a possibilidade de sempre poder realizar a retextualização, podendo melhorar vários aspectos do texto, inclusive mudando de gênero.

Com base nas orientações de alguns pesquisadores (BAGNO, 1997, 1998, 1999; CASTILHO, 1998; MOLLICA, 1992, 1998; MOURA, 1996, 1997, 1999; RAMOS, 1997; TARALLO, 1989, 1990) Santos e Cavalcante (op.cit) apresentam algumas estratégias (4) que podem ser utilizadas para trabalhar a variação lingüística tanto com a língua falada como

com a escrita.

1. Apresentar aos alunos gravações de textos produzidos oralmente, podendo ser tanto os textos dos próprios alunos (5) como textos de outras pessoas. É importante que eles constatem que existe diferença entre os sons são produzidos oralmente e a escrita padrão desses sons.

2. Durante o exercício de escuta o professor pode pedir aos alunos que escrevam, da forma que ouvem, algumas palavras do texto gravado. Em seguida compare o registro de tais palavras com a grafia padrão.

3. A etapa seguinte consiste em pedir aos alunos que façam pequenas entrevistas em casa, gravando-as em fita cassete. (O professor juntamente com os alunos devem organizar os roteiros das entrevistas). Também é importante pedir a cada aluno que anote numa ficha a idade aproximada do entrevistado, o local onde ele mora, o sexo e o grau de escolaridade, bem como as dificuldades ocorridas durante a realização de tal tarefa.

Após a discussão a respeito dos fatos ocorridos durante as gravações, o professor poderá pedir aos alunos que façam o levantamento de alguns recursos lingüísticos que são próprios da língua falada, como: "bom", "ah" ah", "viu", "né?", "pois é", "oxi", "nossa que coisa!", "é mesmo?" Os chamadas marcadores discursivos.

Além das atividades acima sugeridas o professor poderá pedir aos alunos que realizem um levantamento de algumas variedades regionais (carrni/carne, mutcho/muito, guri/criança, macaxeira/aimpim/mandioca, tu/você, etc.). Essa atividade poderá ser realizada a partir de filmes, novelas, peças de teatro, programas de televisão, depoimento de pessoas que viveram em outras regiões do país, etc.

Segundo Moura (1999), "o ensino de língua pressupõe o conhecimento da realidade lingüística dos usuários dessa língua". Tal conhecimento torna-se necessário em função da heterogeneidade lingüística freqüente em situações de ensino, sobretudo nos espaços em que os alunos utilizam variedades lingüísticas socialmente estigmatizadas.

O desconhecimento dessa diversidade lingüística tem contribuído para que algumas variedades não-padrão sejam estigmatizadas, isto é, sejam discriminadas, fazendo com que seus falantes sejam vítimas de "preconceitos lingüísticos.

Segundo Bagno (1999), tais preconceitos juntamente com os vários mitos sobre o ensino de Língua Portuguesa, dentre os quais, o de que existe uma única forma "certa" de falar, o de que a fala "certa" é a de uma determinada região, o de que o brasileiro não sabe português, o de que português é a língua mais difícil do mundo, o de que é preciso "consertar" a fala do aluno para evitar que ele escreva errado, etc.,

precisam ser combatidos com bastante energia não somente pelos professores de Língua Portuguesa, mas também por toda a sociedade, uma vez que tais crenças não encontram nenhum respaldo científico. No entanto continuam produzindo danos enormes na vida do aprendiz, fazendo com que este sinta vergonha da própria fala.

Estamos conscientes, entretanto, de que esse tipo de conhecimento não tem sido socializado entre os professores de LP (Língua Portuguesa) que atuam na educação básica e em muitos casos até entre aqueles que trabalham na formação dos professores. Também concordamos, que não é o simples fato de ser incluída nos PCN que a variação lingüística estará ao alcance dos professores do ensino fundamental.

É preciso que esse conhecimento que vem sendo acumulado ao longo de mais de vinte anos sobre a variação lingüística saia dos muros das Universidades e seja, de fato, socializado entre os professores de Língua Portuguesa, para que estes utilizem tal conhecimento em benefício dos alunos e até de si próprio.

Porém, vale destacar que para desenvolver um processo sistemático de reflexão e conscientização sobre a interferência dos fenômenos de variação lingüística nos diversos usos da Língua Portuguesa dentro e fora da sala de aula, é necessário ter em mente que isso não ocorre de um dia para o outro e que não pode ser visto como se fosse fruto de uma simples adesão por parte dos docentes, mas de um processo contínuo e sistemático de trabalho e reflexão sobre os aspectos formais da língua, seus gêneros, seus usos, seu contexto, sua história e seus falantes, bem como de uma política de formação de professores planejada desde sua fase inicial até os estágios mais avançados da formação continuada, que objetive subsidiar as práticas de ensino da Língua Portuguesa numa visão plural do conhecimento científico.

Nesse sentido, a variação lingüística pode cumprir um papel fundamental tanto no desenvolvimento do desempenho lingüístico quanto formação de uma consciência lingüística que com certeza muito ajudará na construção da própria cidadania.

(1) Doutorado em Lingüística, Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e também do Grupo de Pesquisa "Saberes e Práticas em Ensino de Língua Portuguesa e de Línguas Estrangeiras. Participante também do Grupo de Pesquisa "Teorias e Práticas na Educação de Jovens e Adultos". E-mail: masc@fapeal.br

(2) Labov (1983) é a versão espanhola de Labov (1972).

(3) Segundo Mollica (1998), marcas regionais predominantes numa dada comunidade lingüística, que identificam geograficamente seus falantes, são geralmente denominadas de marcadores ou dialetos geográficos, falares regionais ou simplesmente dialeto. Por exemplo: "feishta" (festa) é considerado um dia-

leto carioca. Porém, características de uma comunidade lingüística identificadas do ponto de vista da estratificação social são conhecidas como indicadores, dialetos sociais ou registros. O registro “nós vai” aparece com mais freqüência na fala de pessoas menos escolarizadas.

(4) Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, 1998) também apresentam algumas propostas de atividades que permitem explorar questões de variação tanto em textos produzidos oralmente como em textos escritos.

(5) Para facilitar a compreensão das gravações, seria interessante que o professor iniciasse o exercício de escuta a partir dos textos produzidos pelos próprios alunos, porque além de serem familiar, segundo o testemunho de alguns professores, os alunos se mostram bastante interessados em ouvir a gravação da própria fala.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em Língua Materna: A Sociolingüística na Sala de Aula. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. DELTONI, R.do V. Diversidades Lingüísticas e Desigualdades Sociais: Aplicando a Pedagogia Culturalmente Sensível. In: COX, M. I. P; ASSIS-PETERSON, A.A. de. (Org.). Cenas de Sala de Aula. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2001.

CASTILHO, A. T. de. A língua falada no ensino de português. São Paulo: Contexto, 1998.

CAVALCANTE, M. A. da Silva. O sujeito pronominal na língua falada em Alagoas. In: MOURA, Denilda (org.). Os múltiplos usos da língua. Maceió: EDUFAL, 1999. p. 353-356.

LABOV, William. Modelos Sociolingüísticos. Madrid: ediciones Cátedra. 1983. Tradución de José Miguel Herreras.

MOLLICA, M. Cecília (org.). Introdução à Sociolingüística Variacionista. Cadernos didáticos. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ. 1992.

_____. “Como o brasileiro fala, percebe e avalia alguns padrões lingüísticos”. Rio de Janeiro: Ed. Flores Verbais, p. 121-129, 1995.

_____. “Influência da fala na alfabetização”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

MOURA, Maria Denilda. A língua falada em Alagoas. In: Anais do I Encontro Nacional Sobre Língua Falada e Ensino – Universidade Federal de Alagoas/ Coordenação do Mestrado em Letras – Maceió: EDUFAL, 1995, p. 50-56.

_____. A fala e a escrita na sala de aula – uma questão para a Lingüística e para o ensino de língua. In: ABRALIN: Associação Brasileira de Lingüística – Maceió: Boletim 18, Imprensa Universitária/UFAL. 1996. p.72-76.

_____. (org.). Variação e ensino. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. Língua falada e ensino. In: MOURA, Maria Denilda (org.). Os múltiplos usos da língua. Maceió: EUFAL.1999. p.61-63.

_____; MORAIS, .(Org.) Ler e escrever para quê?. Maceió: EDUFAL: FAPEAL, 2000.

RAMOS, Jânia M. O espaço da oralidade na sala de aula. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SANTOS, M. B.; CAVACANTE, M. A da Silva. Contribuição da Teoria da Variação Lingüística ao ensino de Língua Portuguesa. In: MOURA, M. D; MORAIS, G. (Org.). Ler e escrever para quê?. Maceió: EDUFAL: FAPEAL,2000.

Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental de português. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____, _____, _____ Brasília: MEC/SEF, 1998.

TARALLO, Fernando (org.). Fotografias sociolingüísticas. Campinas: Ed. Pontes, 1989.

BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA

ALKIMIM, Tânia. Sociolingüística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, Anna C.(orgs). **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. 3.ed. SP:Cortez, 2003

BAGNO, Marcos. **A Língua de Eulália**.Novela Sociolingüística. Ed. Contexto. 1997.

_____.**Preconceito Lingüístico: O que é, como se faz**. Ed. Loyola. 1999

_____.**Português ou Brasileiro?** Um convite à Pesquisa. Ed. Parábola. 2001.

_____.**Língua Materna: Letramento, variação e ensino**. Ed. Parábola. 2002.

BORTONI-RICARDO. S. M. **Educação em Língua Materna: A Sociolingüística na Sala de Aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. DELTTONI, R.do V. Diversidades Lingüísticas e Desigualdades Sociais: Aplicando a Pedagogia Culturalmente Sensível.In: COX, M. I. P; ASSIS-PETERSON, A.A. de. (Org.). **Cenas de Sala de Aula**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2001.

CASTILHO, A . T. de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.

INFANTE. Ulisses. **Curso de Gramática Aplicada Aos Textos**. Ed. Scipione. 1995.

MOLLICA, M. Cecília (org.). **Introdução à Sociolingüística Variacionista**. Cadernos didáticos. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ. 1992.

_____. **Como o brasileiro fala, percebe e avalia alguns padrões lingüísticos**. Rio de Janeiro: Ed. Flores Verbaís, p. 121-129, 1995.

_____. **Influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

MONTEIRO, José Lemos. **Para Compreender Labov**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2000.

PRETI, Dino. **Sociolingüística: Os Níveis da Fala**. São Paulo. Cia Editora Nacional. 1987.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola - uma perspectiva social**. 17ª edição. São Paulo: Ed. Ática.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa Sócio-Lingüística**. 4ª. Edição. Ática. 1994.

TARALLO, Fernando (org.). **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas: Ed. Pontes, 1989.